



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA
SELEÇÃO COMPETITIVA PÚBLICA Nº 001/2016
DATA DA PROVA: 24/04/2016

CARGO:
ADVOGADO
(NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa: Questões 01 a 10;

Conhecimentos Gerais: Questões 11 a 15; **Conhecimentos Específicos:** Questões 16 a 30.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
14	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

QUESTÕES 01 A 10 - LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões de 01 a 08, a seguir:

O assassino era o escriba

Paulo Leminsky

Meu professor de análise sintática era o tipo do sujeito inexistente.

Um pleonasma, o principal predicado da sua vida, regular como um paradigma da 1ª conjugação.

Entre uma oração subordinada e um adjunto adverbial,

ele não tinha dúvidas: sempre achava um jeito assindético de nos torturar com um aposto.

Casou com uma regência.

Foi infeliz.

Era possessivo como um pronome.

E ela era bitransitiva.

Tentou ir para os EUA.

Não deu.

Acharam um artigo indefinido em sua bagagem.

A interjeição do bigode declinava partículas expletivas,

conectivos e agentes da passiva, o tempo todo.

Um dia, matei-o com um objeto direto na cabeça.

01. A respeito da estrutura e interpretação do texto, é possível afirmar que é:

- a) um texto jornalístico que faz uso do vocabulário pertencente ao campo da gramática, com fins humorísticos.
 - b) um texto poético que faz uma sátira com o vocabulário gramatical, no intuito de demonstrar a inutilidade destes termos.
 - c) um poema que combina vocábulos pertencentes ao campo do conhecimento gramatical ao fazer uma narrativa, com intenções de expressividade.
 - d) uma narração cuja intenção é demonstrar a falta de objetividade dos termos gramaticais.
-

02. A respeito da identificação do sujeito do texto com um “*pleonasma*”, podemos afirmar que se trata de uma figura de linguagem cujas características apontam para:

- a) a redundância e a repetitividade.
- b) a insegurança e o excesso.
- c) a circunspeção e a introversão.
- d) o talento e a comodidade.

03. A respeito da construção “*artigo indefinido*” na frase: “*Acharam um artigo indefinido em sua bagagem*”, assinale a alternativa correta:

- a) O autor utiliza uma classificação gramatical que se refere ao grupo de palavras “o, a, os, as”, no contexto da narrativa, demonstrando a expressividade das palavras em diferentes contextos.
 - b) O autor utiliza uma classificação gramatical que se refere ao grupo de palavras “meu, minha, meus, minhas”, no contexto da narrativa, demonstrando a expressividade das palavras em diferentes contextos.
 - c) O autor utiliza uma classificação gramatical que se refere ao grupo de palavras “este, esta, estes, estas”, no contexto da narrativa, demonstrando a expressividade das palavras em diferentes contextos.
 - d) O autor utiliza uma classificação gramatical que se refere ao grupo de palavras “um, uma, uns, umas”, no contexto da narrativa, demonstrando a expressividade das palavras em diferentes contextos.
-

04. No texto, o autor faz menção ao fato do sujeito ser “*regular como um paradigma da primeira conjugação*”. A respeito dos paradigmas de conjugação verbal, considere as afirmativas abaixo e assinale a alternativa que NÃO corresponde corretamente às funções, características e modos desse tópico gramatical.

- a) Em Língua Portuguesa, há três tipos de paradigmas de conjugação verbal, a saber, dos verbos que terminam em -ar; -er e -ir.
 - b) Entende-se por “paradigma de conjugação”, de uma maneira geral, as terminações correspondentes aos tempos, pessoas e modos, que se repetem a cada vez que conjugamos um verbo.
 - c) Verbos regulares e irregulares são iguais em suas formas. Dizemos que um verbo é irregular quando seu sentido é dado de acordo com o contexto.
 - d) Não por acaso, os verbos que mais utilizamos têm formas irregulares, donde podemos concluir que um verbo se torna irregular, ou seja, com características diferentes dos verbos regulares, por serem muito usados e, portanto, terem sofrido muitas transformações ao longo do tempo.
-

05. Na frase: “*ela era bitransitiva*”, podemos afirmar que o autor faz referência à transitividade dos verbos, ou seja, à necessidade de complementos ou não para o entendimento completo de um verbo. Em Língua Portuguesa, a respeito da transitividade de verbos, analise as asserções abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que aponte somente as afirmações corretas:

I. Há verbos intransitivos, transitivos diretos e indiretos.

II. Verbos transitivos diretos complementam seu sentido com objetos diretos, ou seja, objetos sem preposição.

III. Verbos transitivos indiretos complementam seu sentido com objetos indiretos, ou seja, objetos com preposição.

IV. Verbos bitransitivos complementam seu sentido com objetos diretos e indiretos.

- a) I, II e III e IV estão corretas.
- b) Somente I, II e III estão corretas.
- c) Somente I, II e IV estão corretas.
- d) Somente I, III e IV estão corretas.

06. Na frase “*matei-o com um objeto direto na cabeça*”, a respeito do emprego da palavra “*direto*”, é possível afirmar que:

- a) é um emprego regular da palavra, servindo de sua expressividade para conferir um único sentido ao texto: o modo como o objeto foi lançado.
- b) está funcionando em duplo sentido, fazendo referência à expressão de classificação sintática e também ao modo como foi atirado o objeto, o que confere ironia e expressividade ao texto.
- c) funciona somente como referência à classificação sintática “objeto direto”, que significa “complemento sem necessidade de preposição”.
- d) a palavra “direto” faz referência a “reto, direito, correto”, o que nos faz certamente relacionar com as características do sujeito descrito no texto.

07. A respeito da palavra “*regência*”, em “*Casou com uma regência*”, é INCORRETO afirmar que:

- a) Regência é o nome dado à relação dos termos de uma oração, sendo que há termos que regem, e outros que são regidos, numa relação de complementação de sentido.
- b) Em Língua Portuguesa, há regência verbal, quando o termo regente é o verbo, e regência nominal, quando o termo regente é um substantivo, adjetivo ou advérbio.
- c) Dentre várias funções, a regência tem como característica primordial indicar qual a preposição que acompanha os termos regidos e regentes.
- d) Tanto a regência verbal quanto a nominal não se relacionam com os termos da oração, sendo incorreto afirmar que o processo de análise de regência de verbos e nomes é indispensável ao uso da norma padrão em Língua Portuguesa.

08. Na frase “*Entre uma oração subordinada e um adjunto adverbial*”, o autor faz referência à oração subordinada. Assinale a alternativa que NÃO corresponde corretamente à compreensão da relação entre orações:

- a) Oração subordinada é o nome que se dá ao tipo de oração que é indispensável para a compreensão da oração principal.
- b) Diferentemente da coordenada, a oração subordinada é a que complementa o sentido da oração principal, não sendo possível compreender individualmente nenhuma das orações, pois há uma relação de dependência do sentido.
- c) Subordinação refere-se a “estar ordenado sob”, sendo indiferente a classificação de uma oração coordenada ou subordinada, pois as duas têm a mesma validade.
- d) A oração principal é aquela rege a oração subordinada, não sendo possível seu entendimento sem o complemento.

09. Ainda a respeito de regência verbal e nominal, aponte a alternativa cuja frase NÃO apresenta a regência indicada pela norma padrão da Língua Portuguesa:

- a) Quando os maus erram, os bons pagam o preço.
- b) A virtude está mais relacionada àquilo que se faz quando se está sozinho, do que na presença de outros.
- c) A justiça só é feita quando à todos é dada a mesma oportunidade.
- d) A fonte do saber se encontra em um coração disposto a aprender sempre.

10. A respeito de concordância verbal e nominal, assinale a alternativa cuja frase NÃO realiza a concordância de acordo com a norma padrão da Língua Portuguesa:

- a) Meias verdades são como mentiras inteiras: uma pessoa meia honesta é pior que uma mentirosa inteira.
- b) Sonhar, plantar e colher: eis o segredo para alcançar seus objetivos.
- c) Para o sucesso, não há outro caminho: quanto mais distante o alvo, maior a dedicação.
- d) Não é com apenas uma tentativa que se alcança o que se quer.

QUESTÕES 11 A 15 - CONHECIMENTOS GERAIS

11. Primavera Árabe é o nome dado a uma onda de manifestações populares ocorridas em diversos países do Oriente Médio e do Norte da África a partir de fins de 2010. Assinale a alternativa que apresenta um fator que contribuiu parcialmente para a organização desses protestos no Mundo Árabe.

- a) A tradição política laica e democrática que caracteriza a maior parte das nações envolvidas.
- b) O crescente acesso das populações árabes às tecnologias de comunicação virtual e às redes sociais.
- c) A sólida e amigável relação diplomática de países como Síria e Líbia com os Estados Unidos.
- d) O descontentamento das populações islâmicas com práticas terroristas financiadas pelos seus próprios governantes.

12. A divisão da Península da Coreia em dois países – Coreia do Norte e Coreia do Sul – remonta a fins da Segunda Guerra Mundial. A este respeito, assinale a alternativa que apresenta os fatos corretamente:

- a) Atualmente, a Coreia do Norte representa na região a ordem econômica capitalista e a organização política democrática.
- b) Os governos da Coreia do Norte e da Coreia do Sul são ambos alinhados à ideologia comunista, embora em graus variados de comprometimento.
- c) Enquanto a Coreia do Norte aproximou-se do comunismo soviético, a Coreia do Sul aliou-se ao capitalismo norte-americano.
- d) Embora tenha sido um governo autoritário comunista por décadas, a Coreia do Norte encontra-se, atualmente, em fase de plena abertura política e econômica.

13. Nos últimos anos, a República do Irã tem enfrentado censuras da comunidade internacional, e particularmente dos Estados Unidos e da União Europeia, particularmente devido ao seu:

- a) apoio irrestrito ao terrorismo islâmico.
- b) vínculo com a Rússia.
- c) controverso programa nuclear.
- d) afastamento da Organização das Nações Unidas.

14. As origens do sistema político democrático remontam à Grécia Antiga, particularmente à cidade-estado ateniense. Escolha a melhor definição para o atual conceito de democracia:

- a) Organização política centralizada na ideia de justiça social e exercida pela transferência de renda dos mais ricos aos mais pobres.
- b) Administração pública caracterizada pela valorização das ideias de progresso e desenvolvimento, com contínua supressão de toda forma de conservadorismo.
- c) Sistema sociopolítico em que são responsáveis pelo setor público os intelectuais e acadêmicos, únicos detentores de habilidade para essa função.
- d) Forma de governo cujo poder supremo se baseia no povo, e é por ele exercido, direta ou indiretamente, na tomada de decisões.

15. A palavra “etnia” é proveniente do substantivo grego *ethnos*, que significa gente ou nação estrangeira. Etnia diz respeito ao âmbito cultural: um grupo étnico é uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais e semelhanças genéticas. Sendo assim, assinale a alternativa que melhor define o conceito de “etnocentrismo”:

- a) Visão de mundo segundo a qual a sua própria cultura assume posição de destaque, enquanto todas as outras são assimiladas como categorias inferiores em relação a ela.
- b) Percepção das diferenças culturais e étnicas como o “motor da história”, sem as quais o substrato humano se torna inerte perante o domínio da natureza.
- c) Compreensão dos valores artísticos e culturais como auge das capacidades humanas, acima da política e da economia, por exemplo.
- d) Supervalorização das sociedades arcaicas e primitivas sem escrita, em detrimento da própria civilização ocidental.

QUESTÕES 16A 30 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. A Emenda Constitucional 45/2004 incluiu o importante § 3º no Art. 5º da Constituição Federal, que prevê hipótese em que tratados internacionais tornam-se equivalentes à emenda constitucional. Sobre esse assunto, é INCORRETO afirmar que:

- a) Somente tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos poderão ser equivalentes às emendas constitucionais, havendo, portanto, uma expressa limitação material no texto constitucional.
- b) Para que sejam equivalentes a emendas constitucionais, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos devem ser aprovados, em dois turnos, em cada casa do Congresso Nacional, por três quintos dos votos de seus membros.
- c) Apesar da previsão na Carta Magna, nenhum tratado internacional sobre direitos humanos foi aprovado de acordo com o rito previsto no §3º do Art. 5º, não existindo, portanto, tratado internacional equivalente à emenda constitucional em vigor no Brasil.
- d) A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo submeteu-se ao rito previsto na Constituição e, atualmente, é o único tratado internacional sobre direitos humanos equivalente à emenda constitucional.

17. A redação originária do Art. 39 da Constituição Federal previa a obrigatoriedade de um regime jurídico único para ingresso de pessoal na administração pública direta, autárquica e fundacional. A Emenda Constitucional 19/1998 aboliu, entretanto, a exigência de regime jurídico único, conferindo nova redação ao Art. 39. Sobre esse assunto, é INCORRETO dizer que:

a) O Supremo Tribunal Federal concedeu medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, suspendendo, até a decisão final, a eficácia da nova redação conferida pela Emenda Constitucional 19/1998, voltando a ser aplicável a redação originária.

b) O Supremo Tribunal Federal concedeu efeitos “ex tunc” à decisão de medida cautelar em controle abstrato de constitucionalidade, a fim de que fossem convertidos em cargos públicos estatutários os eventuais empregos públicos criados sob a égide da redação do Art. 39 conferida pela Emenda Constitucional 19/1998.

c) A concessão de medida cautelar pelo Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade, que suspendeu a eficácia da redação conferida ao Art. 39 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional 19/1998, teve como fundamento a não observância, quando do processo legislativo, da regra constitucional que exige o quórum de três quintos para aprovação de qualquer mudança constitucional.

d) Em razão da concessão de medida cautelar pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade, a qual suspendeu a eficácia da redação do Art. 39 conferida pela Emenda Constitucional 19/1998, atualmente, em princípio, é possível a adoção de regime jurídico único de emprego público por parte, por exemplo, da Administração Direta de um município.

18. O Art. 170 da Constituição Federal dispõe que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios elencados nos incisos I a IX. Assinale, abaixo, a alternativa que NÃO indica um desses princípios:

a) Livre concorrência.

b) Não intervenção.

c) Propriedade privada.

d) Função social da propriedade.

19. De acordo com o Código Civil, sobre prescrição é correto dizer que:

a) A exceção não prescreve no mesmo prazo da pretensão.

b) Pendendo condição suspensiva, corre a prescrição.

c) A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

d) Não corre a prescrição pendendo ação de evicção.

20. De acordo com o civilista Flávio Tartuce, novação pode ser conceituada como “uma forma de pagamento indireto em que ocorre a substituição de uma obrigação anterior por uma obrigação nova, diversa da primeira criada pelas partes”. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

a) A novação se dá não só quando o credor contrai com o devedor nova dívida, com o objetivo de substituir e extinguir a dívida anterior, mas também quando o devedor antigo é substituído por outro, operando-se a quitação da obrigação em relação ao devedor originário.

b) Elemento essencial à novação é o “animus novandi”, ou seja, o ânimo de novar. Como se trata de critério objetivo, cujas hipóteses encontram-se listadas na lei, deparando-se o juiz com um caso concreto, deverá observar se há correspondência entre o fato trazido à baila e a hipótese legal, sendo desnecessário considerar as circunstâncias e particularidades do caso.

c) Ocorre novação subjetiva ativa nos casos em que o credor é substituído por outro, sendo desnecessário o consentimento do devedor.

d) Novação subjetiva passiva por expromissão ocorre quando o devedor é substituído por terceiro, sendo imprescindível, nesse caso, o consentimento do devedor originário. Já a novação subjetiva passiva por delegação ocorre nos casos em que a substituição do devedor se dá sem o seu consentimento. Nos dois casos, entretanto, é indispensável o consentimento do credor.

21. Sobre o contrato de empreitada, é INCORRETO afirmar que:

a) Se o empreiteiro só forneceu mão de obra, todos os riscos em que não tiver culpa correrão por conta do dono.

b) Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

c) Salvo estipulação em contrário, o empreiteiro que se incumbir de executar uma obra, segundo plano aceito por quem a encomendou, não terá direito a exigir acréscimo no preço, ainda que sejam introduzidas modificações no projeto, a não ser que estas resultem de instruções escritas do dono da obra.

d) Mesmo com a anuência de seu autor, não pode o proprietário da obra introduzir modificações no projeto por ele aprovado, ainda que a execução seja confiada a terceiros, a não ser que, por motivos supervenientes ou razões de ordem técnica, fique comprovada a inconveniência ou a excessiva onerosidade de execução do projeto em sua forma originária.

22. No que diz respeito à formação, extinção e suspensão do processo, é correto afirmar que:

a) O autor que der causa, por três vezes, a extinção do processo por abandono, ficará impedido de ajuizar nova ação contra o réu com o mesmo objeto, bem como de alegar seu direito em defesa.

b) Extingue-se o processo com resolução de mérito quando as partes transigirem, quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor, quando o juiz pronunciar a decadência e quando o juiz acolher a alegação de coisa julgada.

c) No caso de morte do procurador de qualquer das partes, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz marcará, a fim de que a parte constitua novo mandatário, o prazo de 20 (vinte) dias, findo o qual, extinguirá o processo sem julgamento do mérito, se o autor não nomear novo mandatário, ou mandará prosseguir no processo, à revelia do réu, tendo falecido o advogado deste.

d) Feita a citação, é permitido ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.

23. Sobre a petição inicial, com base nas disposições do Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar que:

a) São requisitos da petição inicial, entre outros, a indicação do juiz ou tribunal a que é dirigida, o estado civil do autor e do réu e as provas com que o autor pretende demonstrar a veracidade dos fatos.

b) Como regra, o pedido deve ser certo ou determinado. É lícito, entretanto, formular pedido genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo autor.

c) O pedido será alternativo, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

d) Verificando o juiz que a petição inicial apresenta irregularidade capaz de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 dias.

24. No que diz respeito à resposta do réu e, especialmente, à contestação, é INCORRETO afirmar que:

a) É lícito ao juiz se pronunciar de ofício sobre a existência de compromisso arbitral.

b) Um dos princípios que norteia a atividade desenvolvida pelo réu na contestação é o da eventualidade, também conhecido como princípio da concentração de defesa, de forma que se admite que o réu produza argumentos logicamente incompatíveis, alegando, por exemplo, sucessivamente, que a dívida não existe e que já a pagou.

c) Litispendência, perempção e coisa julgada são exemplos de defesas preliminares ou processuais.

d) Há litispendência, quando se repete ação, que está em curso; há coisa julgada, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba recurso.

25. Em conformidade com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, acerca da constituição do crédito tributário, é correto dizer que:

a) A constituição do crédito tributário, na hipótese de tributos sujeitos a lançamento por homologação ocorre mediante procedimento a ser realizado pelo fisco.

b) Tratando-se de débito declarado e não pago, sujeito, portanto, a autolancamento, imprescindível se faz a homologação formal e a notificação do sujeito passivo para que se constitua o crédito tributário.

c) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

d) O lançamento, feito pela autoridade fiscal, é instituto indispensável e sempre presente nos fenômenos tributários e que, ademais, é o único modo para efetivar a constituição do crédito tributário.

26. A Constituição Federal consagra no Art. 37 o princípio da moralidade como um dos vetores da atividade administrativa do Estado. Assim, o direito a um governo honesto, íntegro e probo tem guarida constitucional, e condutas que violem referido preceito merecem severa reprovação. A disciplina das sanções aplicáveis aos responsáveis pela prática de atos de improbidade administrativa encontra-se prevista na Lei 8.429/1992. Sobre o assunto, é INCORRETO afirmar que:

a) Aquele que nega publicidade aos atos oficiais incorre em ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, em conformidade com o disposto na Lei 8.429/1992.

b) De acordo com a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, os atos de improbidade administrativa não possuem natureza penal.

c) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

d) Existem atos de improbidade administrativa na modalidade culposa.

27. Aponte, abaixo, uma hipótese que NÃO representa caso de inexigibilidade de licitação:

a) Aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

b) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

c) Contratação de serviço técnico de restauração de obras de arte, com profissionais ou empresas de notória especialização.

d) Contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

28. Em janeiro de 2015, a empresa "X" adquiriu o fundo de comércio e os maquinários da empresa "Y", que encerrou suas atividades devido a dificuldades financeiras. A empresa "X" continuou a exercer a mesma atividade da empresa "Y", no mesmo endereço e utilizando-se dos mesmos empregados. Luís, que trabalhou durante 12 anos no local, foi demitido sem justa causa em março de 2015, sendo que, no seu entender, não foram pagas diversas verbas trabalhistas devidas. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

a) Caso Luís pretenda discutir fatos e pleitear direitos oriundos de situações ocorridas antes de janeiro de 2014, deverá demandar somente contra a empresa "Y".

b) Luís poderá demandar contra a empresa "X" e pleitear somente os direitos devidos e não pagos relativos ao período posterior a janeiro de 2015.

c) Luís poderá demandar contra a empresa "X", já que no caso houve evidente sucessão de empregadores, sendo a empresa sucessora responsável pelas verbas passadas, presentes e futuras.

d) Luís deverá demandar contra a empresa "Y" cobrando débitos oriundos de fatos anteriores a janeiro de 2015 e contra a empresa "X" relativa ao período posterior, uma vez que a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa afeta os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

29. Um trabalhador ajuizou reclamação trabalhista na cidade de Curitiba - PR. A reclamada alegou exceção de incompetência, sob o fundamento de que o reclamante trabalhou e foi contratado na cidade de São Paulo - SP. Da decisão do juiz que reconhece a incompetência e remete o processo à Vara do Trabalho em São Paulo - SP:

a) não cabe qualquer recurso, uma vez que vigora no processo do trabalho o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.

b) não cabe qualquer recurso, na medida em que a competência territorial é relativa e pode ser prorrogada.

c) cabe recurso ordinário ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Paraná).

d) cabe recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho.

30. O Art. 7º, inc. XVII, da Constituição Federal, prevê o pagamento de férias com acréscimo de, no mínimo, um terço ao salário normal. Sobre as férias, é INCORRETO afirmar que:

a) Salvo casos excepcionais, as férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos doze meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

b) Sempre que as férias forem concedidas após o prazo legal, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração.

c) O pagamento das férias proporcionais não gozadas não se sujeita ao acréscimo do terço constitucional.

d) É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluindo o terço constitucional, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo legal de pagamento.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30